

principal e quais as ações que estão sendo pensadas para implementação desse plano de trabalho e o prazo para realização e avaliação. A conselheira Eliana Alves Cruz apresentou o plano de trabalho elaborado por ela e pelo conselheiro Luter Fortunato para a referida comissão, a íntegra do mesmo segue em anexo a esta ata. Foi solicitado pelo plenário incluir no escopo da comissão, além da Lei 10.693/03, a Lei 11.645/08 (que inclui junto com as culturas de matrizes africanas, as culturas indígenas no currículo oficial da rede de ensino). As conselheiras Andrea Chiesorin e Rosa Perdigão solicitaram participação nessa comissão.

A secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, enfatizou a questão do prazo para conseguir a aprovação do Fundo Municipal de Cultura, e, se não der tempo, será adiada a tramitação na Câmara para 2019, só conseguindo orçamento para 2020. Falou ainda sobre o trabalho que está fazendo com projetos estratégicos para a SMC em 2019 e 2020, visando à captação de recursos através de emendas parlamentares e sobre o esforço a se fazer nesta conjuntura para buscar esses recursos, e por isso a necessidade em sermos mais pragmáticos. Falou também sobre a possibilidade de conciliar as agendas do seminário proposto pela comissão, em novembro, com outro, já agendado para o mesmo período no Museu da Escravidão e da Liberdade - MEL, quando haverá a entrega do certificado de patrimonialização do Cais do Valongo. E aproveitou para dar uma atualização geral sobre a questão do Armazém Docas Pedro II e a sinalização da área da pequena África pela Prefeitura e o IPHAN.

Em seguida, passou-se para a discussão da Comissão de Patrimônio, a conselheira Flávia Faria Lima falou sobre a designação do conselheiro Cláudio Prado de Mello para a presidência da mesma, tendo ele elaborado toda a agenda, sendo então a melhor pessoa para falar sobre o escopo do grupo. Como o mesmo ainda não havia chegado à reunião passou-se para a próxima comissão, a de Orçamento composta pelos conselheiros Sarah Alonso, Júlia Franca, Ellen Cristina, Marco Aurélio Marcondes e Andrea Chiesorin. A conselheira Sarah Alonso falou sobre a função de a comissão estar atrelada às discussões da lei orçamentária e de mudanças na Lei do ISS, e que o plano de trabalho será exposto na próxima reunião.

A secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, precisou se ausentar e a reunião passou a ser conduzida pelo conselheiro Eduardo Nascimento, ocorrendo uma interrupção com a chegada dos conselheiros Claudio Prado de Mello, Ellen Cristina e Álvaro Maciel relatando que foram barrados por guardas municipais na entrada do prédio da Prefeitura. João Pedro Martins, chefe de gabinete da SMC, se comprometeu a dar uma solução para que isso não ocorra nas próximas reuniões.

Dando prosseguimento, Eduardo Nascimento passou para o 3º da pauta que é a discussão sobre o Plano Municipal de Cultura, convidando o colaborador técnico Flávio Aniceto para fazer a exposição dos pontos sugeridos pelos conselheiros, conforme combinado na última reunião, e que foram ou não incorporados, para o debate. Dessa forma se iniciou a discussão. No item 2.1.1.2, após a exposição e debates, estabeleceu-se a alteração para incluir o termo "**dimensões da acessibilidade**" ao texto. No item 2.1.1.5, o conselheiro Eduardo Nascimento falou sobre a importância da redação não conter referências percentuais enquanto não houver aprovação da PEC 150 para que não haja identificação de vinculação de receita e despesa, incorrendo em inconstitucionalidade. Ocorreu um debate entre diversos participantes. O conselheiro Washington Santos da Secretaria Municipal da Casa Civil alertou, dada a sua experiência anterior de trabalho na Câmara Municipal para nos resguardarmos em relação a conteúdos que dificultem a aprovação do Plano pela maioria dos membros daquela casa legislativa. João Pedro Martins, chefe de gabinete da SMC, corroborou com Santos, e mostrando preocupação com a celeridade na tramitação do documento. O conselheiro Marco Aurélio Marcondes pediu a palavra e falou sobre a necessidade de se fazer um trabalho mais enxuto e objetivo. A conselheira Flávia Faria concordou com a questão da celeridade e de não se incorrer em inconstitucionalidade. A conselheira Sarah Alonso, falou sobre achar um equilíbrio entre as partes, pois os representantes dos movimentos culturais tem a bandeira dos 2% do orçamento municipal para a cultura há tempos. Flávio Aniceto propôs a elaboração de uma proposta alternativa que seria discutida e enviada por e-mail. O conselheiro Álvaro Maciel falou sobre citar as referências das leis federais, do Plano Nacional de Cultura e de suas metas. Eduardo Nascimento propôs a seguinte redação "distribuição de recursos de forma territorializada nas diversas áreas de planejamento, linguagem e manifestações." Passando para o item 2.1.1.6, todos aceitaram a proposta de alteração da assessoria, mantendo-se apenas a periodicidade dos fóruns a cada semestre e o calendário anual de reuniões descentralizadas. No item 2.2.1.1 ocorreu um debate sobre a retirada do termo "agentes concursados" e a possível limitação das ongs locais e de outras ações nas escolas. O conselheiro Eduardo Nascimento, falou sobre não ser competência da SMC a gestão das escolas. O conselheiro Washington Santos falou sobre a importância de citar neste item a Lei 10.639/03. A conselheira Andrea Chiesorin fechou o debate com a inclusão da Lei 10.639/03 e 11.635/07 e os termos "em consonância com a organicidade do agente público e parceria local." No item 2.2.1.4 foi aceita a modificação. No item 2.2.1.5 após a explanação sobre a questão da expressão "Função Cultura", no orçamento de outras secretarias e que viabilizam ações culturais e então a ideia é fazer parcerias com esses outros órgãos para executar projetos em conjunto. Eduardo Nascimento propõe a redação "sensibilizar e estabelecer parcerias com os diversos órgãos públicos municipais que tenham a Função Cultura." No item 2.2.6.2, após debates, estabeleceu-se aceitar a modificação proposta pelos conselheiros, ficando a redação "... e) incorporar comissões avaliadoras de editais e nas equipes da Secretaria Municipal de Cultura por e com pessoas com deficiência."

Passando para o item 2.3.1.6 todos concordam com a modificação do item proposta pela assessoria. No item 2.3.1.7, após debates, Eduardo Nascimento falou sobre os eixos Conselho, Plano e Fundo que serão abordados e sugere uma forma genérica de redação "criar mecanismos de Estado permanente de financiamento e fomento." No item 2.3.1.8 a conselheira Paloma Goulart fez uma sugestão e acordou com Flávio Aniceto encaminhar por e-mail. No item 2.4.1.3 todos concordam em retirar o termo "socioeconômicas" do texto. No item 2.4.1.6, todos concordam com a proposta da assessoria. No item 2.4.1.7, Eduardo Nascimento sugeriu incluir a criação do "Canal da Cidadania" para ser veiculada na banda digital, de acordo com a legislação relativa do setor e orientações do Ministério das Comunicações. No item 2.4.1.8 por sugestão do Washington Santos, todos de acordo com a inclusão do termo "consórcio intermodal". No item 2.4.2.3 aconteceu um debate intenso sobre a alocação do carnaval na Secretaria Municipal de Cultura, conforme foi proposto pelos conselheiros. Eduardo Nascimento, falou sobre ser válido consultar a secretária municipal de Cultura, Sra. Nilcemar Nogueira sobre a sua proposta de definição do papel da Secretaria Municipal de Cultura em relação ao carnaval e que acredita que a SMC não teria braços para a incorporação total, ficando para a área cultural as manifestações de cultura popular e de patrimônio cultural imaterial que tem esteio no carnaval, mas que não concorda com a inclusão (na SMC) do carnaval enquanto megaevento. O conselheiro Rogério Andreoli reiterou a fala anterior enfatizando as questões das parcerias entre a Cultura (do item 2.1.1.5) e outros órgãos, e que a manifestação cultural do carnaval deve estar atrelada à cultura, mas não os eventos, conforme Nascimento disse. A conselheira Carla Wendling, titular da pasta de carnaval no Conselho, falou sobre os blocos tradicionais e grandes blocos show de carnaval que deveriam ter ligação com a cultura e não com a RioTur, e lembrou que a mesma é um dos órgãos que não estão comparecendo às reuniões, e que deveria ser notificada conforme pontuou a secretária Nilcemar no início da reunião. A conselheira Sarah Alonso defendeu que o carnaval deveria vir para a pasta da cultura. A conselheira Andrea Chiesorin sugeriu instalar uma quarta câmara técnica sobre o assunto carnaval, para discutir formas de trazer a área para a pasta da cultura. Todos ficam de acordo em reelaborar esse item e encaminhar por e-mail. Nos itens 2.4.2.4 e 2.4.2.5 todos concordam com a alteração proposta pela assessoria. Nos dois itens finais, sugeridos pelos conselheiros, 2.5.1.7 e 2.5.1.8, considerados como tendo redações genéricas e pouco objetivas, mas importantes uma vez que tratam respectivamente do comportamento do cidadão carioca constituindo um patrimônio cultural e ambiental e da cultura da paz e do combate à violência e o genocídio dos jovens e negros, também foi estabelecido fazer uma redação alternativa a ser compartilhada por e-mail.

Após esse intenso debate retornou-se ao 2º item, interrompido no início por conta de alguns conselheiros não terem chegado ou conseguido entrar no prédio. A conselheira Elizabeth Manja falou sobre a Comissão de Orçamento propondo que a mesma discuta também a captação de recursos para projetos culturais que é uma necessidade dos territórios. O conselheiro Claudio Prado de Mello falou sobre a Comissão de Patrimônio e a organização do plano de trabalho a ser apresentado. A conselheira Andrea Chiesorin retomou a sugestão feita no item 2.4.2.3 de formação de uma nova câmara técnica para o assunto carnaval. A conselheira Kátia Pires Chagas falou sobre a amplitude das outras três comissões e não que via motivos para esse ser específica e que poderia então ser "carnaval e manifestações populares". Decidiu-se que na próxima reunião a conselheira Carla Wendling irá propor o escopo dessa possível nova comissão.

A conselheira Sarah Alonso pediu a volta ao tema da itinerância das reuniões, conforme pontuado no início da reunião. João Pedro Martins propôs que a questão seja debatida entre os conselheiros e que um novo calendário seja proposto na próxima reunião. O conselheiro Álvaro Maciel propôs uma agenda de reuniões extraordinárias aos sábados. Eduardo Nascimento propôs que essas reuniões extraordinárias tenham com tema os mesmos assuntos das comissões técnicas e as ordinárias abordem os temas gerais e os marcos regulatórios (Sistema Municipal de Cultura, Lei do ISS). E foi estabelecido o agendamento para todo segundo sábado do mês, sendo a primeira reunião em 20 de outubro (no anterior é "feriadão" e Dia das Crianças, quando acontecem muitas atividades culturais nos bairros), no Museu da Humanidade/ Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro - Ipharj a Avenida Chrisóstomo Pimentel de Oliveira, 443, em Anchieta, Área de Planejamento 03, atendendo o convite do conselheiro Claudio Prado de Mello.

Passando para o 5º item, informes gerais, Eduardo Nascimento falou sobre a IV Conferência Estadual de Cultura, especialmente sobre a delegação do estado para a III Conferência Nacional de Cultura. Essa escolha levou em conta reuniões dos delegados das regionais na própria conferência, e na Metropolitana I que compreende a Capital, foram indicados Mateus Paz e Cândida Serrão como titular e suplente da sociedade civil e do poder público, Sérgio Bonelli, da SMC e a suplência por representante da SEC. Porém, na hora da plenária, sem a presença de boa parte da delegação carioca, houve uma reviravolta, invertendo-se os papéis. E esse assunto está sendo tratado entre ele e Cleise Campos, coordenadora da IV Conferência para definir a delegação correta. O conselheiro Álvaro Maciel informou sobre a Caminhada contra a Intolerância Religiosa que aconteceria no dia 16/09, na orla de Copacabana e que eles organizariam uma atividade de dispersão no Leme e convidou os presentes a participarem.

A conselheira Kátia Pires Chagas falou sobre a entrega do Prêmio Arte em Movimento, que aconteceria no Teatro Municipal Café Pequeno, dia 17/09, e sobre ter na lista de convocação o nome do Prefeito, quando achava

que deveria ser o nome da secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, visto ser um prêmio cultural e não de gestão. Explicou também que, embora tivesse sido eleita delegada, não pode comparecer a IV Conferência Estadual de Cultura devido a problemas de saúde do seu filho. Já no final da reunião, quando alguns conselheiros já estavam saindo, Elizabeth Manja e outros conselheiros pediram esclarecimento sobre os crachás e Flávio Aniceto informou que o fotógrafo esteve no local para fotografá-los, mas não pôde fazer, pois a máquina estava quebrada. E orientou que aqueles que não entregaram as fotos impressas, mandem por e-mail para que finalmente possamos encaminhar a feitura dos crachás.

GESTÃO 2018-2020 - ATA DE REUNIÃO 04/2018 em 18/10/2018

Horário de Início: 17h30min - Horário de Término: 20h

Local: Museu de Arte do Rio

Participantes:

Da bancada do poder público: Nilcemar Nogueira - Secretária Municipal de Cultura e presidente do Conselho Municipal de Cultura, Eduardo Nascimento, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, ambos titulares; e os suplentes, Washington Santos, da Secretaria Municipal da Casa Civil - SMCV, Dulce Nogueira Janotti, da Rio Filme e Simone Crispim S. Moraes, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, todos com direito a voto em função das ausências dos titulares.

Da bancada da sociedade civil, estiveram presentes os seguintes titulares: Wallace Magalhães, Álvaro Maciel, Desirree dos Reis Santos, Karla Maria da Silva Costa, Cláudio Prado de Mello, Kátia Pires Chagas e Júlia Franca; e os suplentes Izaira Sílvia de França, Cátia Nunes, ambas com direito a voto em função da ausência dos titulares; e ainda Fernando Mamari, Eliana Alves Cruz, Flávia Faria Lima, Mauro Barros, estes sem direito a voto em função da presença dos titulares. Estiveram também presentes os colaboradores João Pedro Martins e Flávio Aniceto, da Secretaria Municipal de Cultura.

Pauta da reunião: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Plano de trabalho para as comissões técnicas definidas (continuidade: comissões de Patrimônio e Orçamento e Seminário de Novembro da Comissão de Ações Afirmativas); 3) A relação da SMC e do CMC com as manifestações carnavalescas; 4) Informes sobre a Lei do Sistema Municipal de Cultura; 5) Calendário de reuniões descentralizadas; 7) Informes Gerais.

A reunião se iniciou com a leitura de ata da reunião anterior pelo Chefe de Gabinete da SMC, João Pedro Martins. Após a leitura, o documento foi aprovado por unanimidade. Na sequência a Secretária Municipal de Cultura e presidente do Conselho, Sra. Nilcemar Nogueira, falou sobre o ocorrido no prédio da prefeitura por ocasião da reunião anterior, quando alguns conselheiros tiveram dificuldade para entrar no local, pediu desculpas e informou que os crachás já estão sendo providenciados.

Passando para o segundo item da pauta, sobre o plano de trabalho das comissões técnicas, Flávio Aniceto falou sobre as ausências de alguns conselheiros que teriam informações afins, e que sobre a quarta comissão proposta, relativa ao Carnaval, recebemos um texto de contribuição da conselheira da área, Carla Wendling, ausente justificadamente por estar se recuperando de uma cirurgia e informou e sobre convite feito e aceito para a RioTur comparecer na próxima reunião. O conselheiro Fernando Mamari propôs que haja um momento inicial, mesmo que curto, para que cada linguagem falasse um pouco de como está sendo a experiência pessoal no Conselho e os seus desafios. E em seguida, o mesmo faz a leitura do documento enviado sobre o Carnaval. Sobre o documento apresentado a Secretária Municipal de Cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, faz suas considerações, começando pelo ponto que mais é recorrente, os pedidos de patrocínios, e que defende que o papel da SMC é o de promover e defender a preservação como bens culturais dessas manifestações carnavalescas, mas, por outro lado, é preciso que parta dos mesmos, a elaboração de ações para a sustentabilidade dos grupos, blocos, escolas etc. E ao mesmo tempo, entender e defender que como patrimônio cultural imaterial as manifestações podem trazer desenvolvimento social, econômico para a coletividade e as comunidades. Pontuou ainda sobre o aumento cada vez maior de blocos na cidade, ao mesmo tempo em que e o orçamento público não aumenta, devendo então prevalecer o apoio aos grupos e blocos tradicionais para preservação das referências culturais, e que não dá pra investir recursos em ações meramente comerciais. A Secretária pediu ainda a convocação do IRPH, órgão municipal responsável pelos patrimônios materiais e imateriais da cidade, para discutirem os planos de salvaguarda das manifestações carnavalescas. A Secretária falou também sobre a publicação que aconteceria no dia posterior, 19 de novembro de 2018, no Diário Oficial do Município-RJ, do Decreto do Funk, sendo o começo de um processo de reconhecimento, regulamentação e outras fases como a qualificação dos agentes, a exemplo do que aconteceu com as rodas de samba e que levou outros grupos afins a buscarem uma melhor estruturação. A Secretária mencionou ainda as dificuldades financeiras para manter os equipamentos municipais abertos. O conselheiro Álvaro Maciel falou sobre o reconhecimento das velhas guardas das escolas de samba como Patrimônio Imaterial e sobre um projeto tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro com esse fim. E respondendo ao mesmo a Secretária esclareceu que não cabe ao legislativo este reconhecimento, uma vez que são atribuições dos órgãos de salvaguarda dos bens materiais e imateriais, IRPH na esfera municipal, INEPAC na esfera estadual e IPHAN na esfera federal. A Secretária reiterou a necessidade de convidar o IRPH, para uma reunião do Conselho e informou ainda sobre um seminário com todos esses órgãos referentes ao Patrimônio Cultural que irá acontecer em 08 de dezembro de 2018 no Museu de Arte do Rio. E que acredita que o caminho passa por, primeiro conhecer e dialogar com essas